

HISTÓRIA ORAL, COMEMORAÇÕES E ÉTICA*

Marieta de Moraes Ferreira

Professora da UFRJ e pesquisadora do CPDOC

A proposta deste texto é discutir as relações entre História Oral e identidade, tendo como eixo central de articulação o tema da *comemoração* e da *ética*.

A idéia básica é que as sociedades contemporâneas, preocupadas com a perda do sentido do passado e com o aprofundamento da capacidade de esquecer, têm se preocupado em retomar esse passado e, nesse retomo, procuram estabelecer caminhos para uma redefinição de identidade¹. E um elemento importante neste processo são as comemorações, assim definidas por Philippe Raynaud: "Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento... É um espaço para perpetuar a lembrança e indica a idéia de uma ligação entre homens, fundada sobre a memória"².

Assim, as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*; ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos.

Partindo do princípio de que a comemoração é um elemento central da construção da identidade, avançamos no sentido de melhor esclarecer um segundo elemento de nossa argumentação, o de que a identidade está profundamente ligada à memória, e a História Oral é um método extremamente eficaz para lidar com essa problemática.

Segundo Michel Pollack³, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletiva quanto individual, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Essa construção, porém, não está isenta de mudanças, de negociação e de transformação em função do outro.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, e que se estabelece por meio da negociação direta com os outros. Isto quer dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Seguindo essa linha de raciocínio, a memória pode constituir um elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos. Com esses objetivos, mesmo a memória constituída efetua um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização.

* Trabalho apresentado originalmente no encontro "Ética e História Oral", [1995: São Paulo], em convênio com Programa de História Oral da PUC-SP, Centro Cultural do Banco do Brasil e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. São Paulo, 16-21 out. 1995.

¹ Raynaud P. La comemoración: ilusión ou artifice? *Le Debat*, n° 78, jan.-fev. 1994, pp. 104-6.

² Idem, *ibidem*.

³ Pollak, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, n° 10, 1992.

Assim, a constituição e a construção social de memória demonstram a necessidade de um investimento, os riscos existentes nos momentos de mudança e da rearrumação de memória, e evidenciam a ligação desta com as identidades coletivas.

Entende-se por identidades coletivas todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência de pertencimento⁴.

Articulada à problemática da identidade e memória, Gilberto Velho adiciona um novo elemento: a noção de projeto⁵. Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia é, por conseguinte, fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido na e sim constituidor da sociedade. Neste sentido, a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus desejos, sofrimentos, decepções, privações, traumas são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo.

Assim, a consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseadas em uma memória, conferem consistência a uma biografia e possibilitam a formulação de projetos. O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos e à sua própria identidade. A memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória⁶. O projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos.

Transpondo essas considerações para o uso da História Oral como instrumento para promover comemorações através do resgate da memória e do reforçamento da identidade de indivíduos ou grupos, inúmeras questões podem ser levantadas.

Poderíamos iniciar nosso debate colocando em pauta a própria validade das comemorações. O historiador Paul Garde, em artigo recentemente publicado⁷, sustentou que o projeto comemorativo é o contrário da abordagem da história. A segunda recoloca o evento no seu contexto mais amplo e esforça-se para torná-lo compreensível. O primeiro o extrai do seu contexto real, atribuindo-lhe um valor simbólico em função dos interesses e de categorias do momento e o mostra (como) único e ininteligível.

Ainda que possamos relativizar alguns desses pontos e sustentar que através dos projetos comemorativos é possível captar representações acerca do passado, de caráter recorrente e repetitivo, que nos permitam produzir uma história da memória⁸ de um grupo ou de uma sociedade, sem dúvida, muitos perigos se apresentam ao tratarmos dessa temática.

História Oral, comemorações e mercado no Brasil

Primeiramente é necessário explicitar que nos anos 90 no Brasil vem ocorrendo o que se pode chamar de *boom* da História Oral. Este *boom* pode ser explicado a partir de mudanças no próprio campo da

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Velho, G. Memória identidade e projeto. Uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 95, out.-dez., 1988, pp. 119-26.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Garde, P. Faut il commémorer? *Le Monde*, 7/8/1996.

⁸ Rousso, H. "A memória não é mais o que era". In: Ferreira, M.M. e Amado, J. (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

história, com o rompimento do paradigma estruturalista, mas também a partir de transformações mais gerais na sociedade brasileira.

O que aconteceu no campo da pesquisa histórica? Em linhas gerais, revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, o estudo do político experimentou um renascimento e, finalmente, foi aceito o estudo do contemporâneo⁹.

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história e o rompimento com a idéia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca de memória e de suas relações com a história. Essas discussões estimularam o abandono de uma visão determinista que limita a liberdade dos homens e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também, de forma inequívoca, que o passado pode ser construído segundo as necessidades do presente e que, portanto, pode-se fazer uso político do passado.

Estas novas perspectivas alargaram, evidentemente, horizontes da História Oral. Estavam neutralizadas as críticas tradicionais, já que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputadas podiam ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional de significados para o pesquisador.

As transformações ocorridas no campo da pesquisa histórica, em especial na França, provocaram um grande dinamismo que se traduziu numa grande vitalidade do movimento editorial, numa renovação dos cursos de pós-graduação, num aumento expressivo do número de pesquisadores e professores e num crescente interesse da sociedade em geral pelos temas históricos. No Brasil, essas alterações tiveram reflexos importantes no perfil dos cursos de História, que ampliaram suas linhas de pesquisa, incorporaram de forma definitiva o estudo do tempo presente e abriram espaço para a História Oral.

É preciso não esquecer também que a sociedade brasileira nos anos 90 reforçou sua prática democrática. Já iam longe os anos em que se considerava arriscado falar, passara a época em que toda modalidade de história que não a das estruturas econômicas era vista com maus olhos. As curiosidades se ampliaram, e aflorou o interesse da sociedade pela recuperação da memória coletiva e individual. Tomou-se urgente ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios de cidadania.

Essa problemática, debatida no seio da comunidade acadêmica em função da crise dos grandes paradigmas estruturalistas, transportou-se para setores sociais mais amplos provocando uma demanda por parte das empresas e instituições pela memória.

Recentemente foi publicada na *Gazeta Mercantil* artigo relatando o interesse de várias empresas em recuperar e organizar suas memórias através da elaboração de livros, exposições e museus com o objetivo de criarem novos instrumentos de gestão importantes, mas principalmente de reforçarem sua imagem institucional. Esses projetos são concebidos, em geral, para datas comemorativas e valorizam especialmente o registro das trajetórias das empresas e instituições a partir de depoimentos orais de seus fundadores, diretores e funcionários.

⁹ Chartier, R. "O olhar do historiador modernista". In: Ferreira, M.M. e Amado, J. (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

O que explica esse interesse das empresas em patrocinar iniciativas com fins de propaganda com forte apelo ao passado e à memória?

Várias ordens de argumentos podem ser apresentadas. Uma delas é o acirramento do individualismo, que pressupõe o reconhecimento da liberdade de escolha entre os homens e o confronto entre sociedade e indivíduo na fixação de valores, que torna as pessoas curiosas em relação ao outro como forma de reforçar a existência de sua própria singularidade, enquanto que podem estabelecer as diferenças. Esta curiosidade em relação ao outro acaba por criar, em termos editoriais, toda uma demanda, à qual a história vem procurando atender.

Um segundo ponto a ser destacado diz respeito ao quadro político-econômico que o Brasil vem atravessando. Os anos 90 vêm colocando em pauta grandes desafios para a sociedade brasileira em geral e para empresas e empresários em particular.

O questionamento do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, vigente durante algumas décadas, que preconizava uma forte presença do Estado como agente econômico fundamental e estabelecia inúmeras regras e restrições à participação do capital estrangeiro e às importações, inaugurou um grande debate nacional. A abertura da economia, a importância e a dimensão das privatizações, os limites e contornos de ação do novo Estado têm mobilizado diferentes setores para a definição de um novo perfil para o país.

Essa agenda de discussões tem sensibilizado profundamente burocratas responsáveis pela administração das empresas estatais, empresários, políticos. É nesse quadro que podemos entender o interesse de grandes empresas em recuperar sua memória, em resgatar seu papel na História do país e estabelecer novas estratégias para o futuro. A História Oral pode ser um instrumento privilegiado para atender a tais demandas.

Como já dissemos anteriormente, em conjunturas de grandes transformações, quando as identidades de grupos ou de empresas estão sendo redefinidas e seu papel e de suas lideranças estão sendo colocados em xeque, as comemorações de aniversários ganham imensa importância e a História Oral pode se constituir num meio útil para valorizar e divulgar imagens.

Que questões esta modalidade de prática da História Oral nos coloca¹⁰? Quais são suas vantagens, seus riscos e dilemas? As respostas para estas questões não são simples e devem ser discutidas com cuidado e atenção. Poderíamos começar apontando algumas vantagens. Em países com recursos escassos destinados à cultura, com um pequeno número de agências financiadoras, como o Brasil -onde hoje se assiste, como já foi dito, a uma redução do papel do Estado como agente financiador -, a entrada em cena de empresas privadas interessadas em patrocinar o resgate da memória de uma atividade ou setor econômico pode parecer animadora. Certamente, também, é dos recursos provenientes da empresa privada que se poderão esperar inovações tecnológicas - vídeos, *cd-roms*, etc. - que enriquecerão a dimensão técnica da prática da História Oral. Do ponto de vista de uma instituição de perfil acadêmico, a venda de projetos de História Oral pode significar a possibilidade de transferência de recursos para outros projetos de características propriamente acadêmicas ou sociais que não encontrariam financiamento de outra maneira, ou para a [produção de] preservação de acervos de depoimentos que poderão ser utilizados para outras pesquisas. Por exemplo, um projeto de História Oral encomendado por uma empresa de seguro de saúde para comemorar seu aniversário pode possibilitar a constituição de um acervo sobre o setor que será de utilidade para pesquisadores futuros que desejarem fazer um estudo crítico e analítico sobre o tema.

¹⁰ Ferreira, M.M. "Desafios e dilemas da História Oral nos anos 20: o caso do Brasil". *Conferência apresentada na sessão de abertura do IX International Oral History Conference*. Gotemborg, Suécia, 1996.

Esta modalidade de trabalho se caracteriza pela relação que se estabelece entre os participantes do projeto, que é objeto de um contrato: de um lado, o contratante, ou seja, o cliente, que irá pagar por um produto, livro de depoimentos ou vídeo, destinado a divulgar o papel de sua empresa no mercado; do outro, o pesquisador contratado, que irá realizar o trabalho e receber pelos serviços prestados. Este pesquisador pode ser um pesquisador individual, pode trabalhar para uma empresa de publicidade, de divulgação, de promoções, etc., que entre outras atividades "faz" História Oral, ou ainda estar ligado a um centro de pesquisa de perfil acadêmico. Em geral as empresas interessadas em encomendar projetos de História Oral preferem contratar os serviços de instituições ou pesquisadores com vinculações acadêmicas, pretendendo com isso que o produto final ganhe maior legitimidade.

E quanto aos riscos desta prática? Primeiramente, a empresa que contrata serviços está preocupada em criar ou mudar uma imagem já existente, isto é, ela tem um projeto bem definido. Em geral, ela toma a iniciativa de recuperar sua memória em conjunturas de mudanças importantes, de política interna e de política econômica do país, quando sua imagem está sendo alvo de crítica. Isto reduz a autonomia dos pesquisadores que executam o projeto e coloca os resultados finais da pesquisa sob o controle da empresa contratante. Isso se manifesta desde a solução. Inúmeras vezes o pesquisador vê-se envolvido na produção de uma imagem positiva de uma empresa que contraria os interesses mais gerais da sociedade, o que, do nosso ponto de vista, coloca um problema ético relevante.

Qual é o compromisso do pesquisador de História Oral? Atender ao cliente que pagou pelos serviços que contratou, ou manter seus princípios éticos de trabalhar em prol de uma maior democratização da sociedade? Este dilema, colocado para todos os que praticam a História Oral através da venda de projetos, pode ter saídas diferentes. Evidentemente, ninguém é obrigado a desenvolver projeto algum. Aceito o projeto, instituições culturais ou educacionais com tradição acadêmica têm força suficiente para definir regras ou procedimentos no momento de elaboração do contrato e estabelecer limites de interferência do contratante. Empresas ou entidades privadas sem tradição nos meios culturais e também sem outras fontes de recursos ficam mais vulneráveis a pressões. Como suas atividades também não estão comprometidas com projetos de pesquisa, elas não dispõem da possibilidade de, num segundo momento, produzir análises críticas sobre o material que foi coletado, pois logo em seguida estarão engajadas em novos projetos de mesma natureza.

Por todas essas razões, consideramos que a prática da História Oral como instrumento de *marketing* é no mínimo polêmica, e, se ela não pode ser simplesmente descartada, deve ser vista com muito cuidado¹¹.

¹¹ Ethics and Interpersonal Relationships in Oral History Research. Oral History, 22/1 (Summer, 1995); pp. 51 e 56.